

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERSPECTIVA HISTÓRICA ACERCA DA TRADUÇÃO PORTUGUÊS-LIBRAS EM INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A Historical Perspective on Portuguese-Libras Translation in Brazilian Institutions

DOI: 10.14393/LL63-v37n2-2021-23

Rafael da Mata Severino *

Teresa Dias Carneiro **

RESUMO: A partir de pesquisas bibliográficas e documentais, o presente artigo, visa construir um panorama histórico das atividades de tradução do Português para a Libras, em instituições públicas e particulares. Assim, fundamentado teoricamente na História da Tradução – Pym (2014) e D’Hulst (2010) – o artigo inicialmente conceitua a tradução, diferencia esse conceito do conceito de interpretação, realiza as devidas adaptações à realidade das línguas de sinais, para, então, descrever os aspectos históricos que constituem o *modus operandi* e a história da prática de trabalho em tradução em três instituições brasileiras de equipes de tradutores na direção Português-Libras, sendo uma editora e duas instituições de ensino, a saber: a Editora Arara Azul (EAA), o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Finalmente, percebeu-se que, a constituição das equipes de tradutores e das etapas processuais de tradução na direção Português-Libras enfrentam desafios políticos, institucionais, metodológicos e técnicos.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da Tradução. História da Tradução. Tradução para a Libras. Equipes de Tradução. Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa.

ABSTRACT: Based on bibliographical and documentary research, this paper intends to set a historical overview of the translation activities from Brazilian Portuguese to Brazilian Sign Language (Libras), both in public and private institutions. Drawing on the theoretical support of Translation History (Pym, 2014; and D’Hulst, 2010), this paper presents the concept of translation, differentiates this concept from that of interpreting, adapts it to the sign language context, and then sets the scenario for describing the historical aspects that constitute the profession *modus operandi* and the translation working practice history background at three Brazilian institutions, one private and two public ones. The private institution is a well-known publishing company in Brazil, called Arara Azul. The public institutions are two Public Education Institutions called Brazilian National Deaf Education Institute – INES and Rio de Janeiro Federal University – UFRJ, respectively. It was noticed that the translation team formation and the translation processes involving Brazilian Portuguese and Brazilian Sign Language face political, institutional, methodological, and technical challenges.

KEYWORDS: Translation Studies. History of Translation. Translation into Brazilian Sign Language. Translation teams. Portuguese-Brazilian Sign Language Translators/Interpreters.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL, PUC-Rio), com ênfase em Estudos da Tradução. Tradutor-Intérprete de Libras-Português concursado da UFRJ. ORCID: 0000-0003-0110-5835. E-mail: rafaeldmatta(AT)gmail.com.

** Doutora em Estudos da Linguagem (PPGEL, PUC-Rio). Professora do Bacharelado em Tradução, da Especialização em Tradução e pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) na PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-9774-1176. E-mail: teresadcarneiro(AT)puc-rio.br.

1 Introdução

Nas últimas décadas, em se tratando de políticas de acessibilidade, pode ser observada, no contexto brasileiro, uma espécie de curva ascendente. Um movimento similar acontece quando falamos de tradução e interpretação de/para a Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras, o que aponta para a necessidade de serem realizadas pesquisas na área.

Muito desse progresso se dá por meio de instrumentos legais, como é o caso da Lei Federal 10.436/02, que é conhecida como “Lei Nacional da Libras” por dar à língua de sinais das comunidades surdas brasileiras o *status* de meio legal de comunicação e expressão. Vale citar também o Decreto 5.626/05, que regulamenta a referida lei de 2002 e traz alguns apontamentos que vão desde a inclusão da Libras como disciplina curricular, à formação do professor de Libras, ao uso e à difusão da Libras e da língua portuguesa para acontecer o acesso de pessoas surdas à educação até a formação do tradutor e do intérprete, entre outros assuntos. Mais especificamente, no que diz respeito à tradução e à interpretação (no par linguístico Libras-Português), temos também, a lei que regulamenta a profissão de tradutor-intérprete, Lei 12.319/10, entre outras. E podemos citar ainda, a Lei 10.098/00, que estabelece algumas normas gerais, visando à promoção da acessibilidade; além da Lei 13.146/15, promulgada mais recentemente, que ficou conhecida como LBI ou “Lei Brasileira da Inclusão”.

O que tem sido reivindicado pelas comunidades surdas (BRASIL/MEC/SECAD, 2014) é o entendimento dos surdos como sujeitos bilíngues, ou seja, como sujeitos que têm a Libras como sua primeira língua (L1) e o português escrito como sua segunda língua (L2). Porém, como fica evidente em Fernandes (2008), a questão pode ser mais complexa do que parece e, portanto, precisa ser problematizada:

[...] Em projetos bilíngues, é pressuposto que o processo de ensino e de aprendizagem está fundado em operações linguísticas e metalinguísticas em que a primeira língua mobilize os sentidos e as estratégias de aproximação com a segunda língua em questão, ou seja, o aprendizado do sujeito será mediado pelas experiências que desenvolveu em sua língua materna, de referência. Reside aí o maior problema das crianças surdas, posto que as estatísticas mundiais apontam que, em mais de 90% dos casos, elas nasceram em famílias de membros não-surdos. Isso significa que a apropriação do português como língua materna fica inviabilizada pela surdez. Do mesmo modo, elas não têm acesso à língua de sinais pela ausência de interlocutores surdos na infância. As interações familiares acabam condicionadas àquilo que

a criança consegue apreender dos estímulos visuais e outras informações sensoriais que lhe chegam, desenvolvendo sistemas gestuais de comunicação que não possuem a complexidade simbólica de uma língua. (FERNANDES, 2008, p. 6)

Contudo, é importante destacar que a discussão a este respeito pode e deve ser aprofundada, pois, como nos lembra Soares (2020), parece recorrente a afirmação de que, por exemplo, a escrita não seria natural para surdos pelo fato desta ser sua segunda língua (L2). No entanto, uma vez que a aquisição da escrita exige instrução explícita acerca de seus mecanismos de funcionamento também para ouvintes, a escrita não seria natural tanto para o primeiro quanto para o segundo grupo. Segundo a pesquisadora, exames governamentais como Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) ou mesmo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) comprovam que estudantes brasileiros, de um modo geral, não se destacam por alto desempenho no que diz respeito à produção e à compreensão escritas, o que parece demonstrar que ambas não seriam atividades que se desenvolvem espontaneamente seja para surdos seja para ouvintes.

Assim sendo, mesmo cientes de que escrita e leitura são processos distintos, poderíamos dizer que ambos, quando relacionados ao português para surdos, podem ser ainda mais prejudicados haja vista os contextos em que cresce grande parte dos surdos brasileiros. Sobre o assunto, Soares (2020) continua dizendo que:

Perfis de participantes surdos, encontrados em estudos nacionais e internacionais, revelam que grande parte dessa população adulta não iniciou contato com uma língua de sinais (LS) antes do período de escolarização, além de ter sido submetida a algum tipo de acompanhamento fonoaudiológico com o objetivo de oralização. A LS foi aprendida tardiamente e, portanto, com características de aprendizagem de L2, isto é, com as implicações concernentes a atividades de identificação de padrões de funcionamento de um sistema linguístico complexo e dinâmico cujo contato foi restrito a poucos ambientes, assim como a poucas oportunidades de experiências com a língua. De todo modo, **assim como ocorre com qualquer aprendiz de L2, caso o contato com falantes da LS se torne frequente, passam de aprendizes a usuários da LS, ainda que se verifiquem restrições relativas à amplitude lexical e aos domínios da forma e do significado, durante o uso dessa língua.** Mesmo que para muitos surdos a LS não emergja em condições características de uma L1,

em vários casos é a eleita para interação em comunidades surdas. A esse respeito, cabem algumas considerações. Do ponto de vista linguístico, se não se pode afirmar que a Libras, por exemplo, é a primeira língua de surdos brasileiros de primeira geração, **politicamente é legítimo e necessário o empenho de pesquisadores e de membros das comunidades surdas para que crianças surdas possam ter acesso precoce a essa língua.** (SOARES, 2020, p. 72, grifo nosso)

Desse modo, o que queremos dizer, sem incorrer no erro das distorções e/ou supergeneralizações já alertadas por Soares (2020), é que traduções para Libras têm uma importância ampliada quer seja pelo fato de promoverem o acesso e a permanência de pessoas surdas no contexto educacional, quer seja por impulsionar o uso e a circulação de uma língua eleita para interação em comunidades surdas e, conseqüentemente, reafirmar politicamente o uso corrente desta língua, ou mesmo pelo fato de contribuir para o contato cada vez mais frequente dos surdos com a Libras de maneira que, aqueles que por algum motivo não o sejam, passem de aprendizes a usuários dessa língua.

Sendo assim, parece coerente dizer que traduções para libras em suporte vídeo configuram uma demanda importante, além de real e crescente, o que, por consequência, exige pesquisas cada vez mais sérias como a que propomos no presente trabalho. Como se vê, não é porque os surdos brasileiros frequentam escolas no Brasil que, como consequência, vão ter proficiência na língua portuguesa da mesma maneira que os alunos ouvintes brasileiros, às vezes frequentando as mesmas escolas. Para se alcançar uma inclusão efetiva, é preciso que aos surdos sejam disponibilizados materiais educacionais, artísticos e informativos em sua L1, que, usualmente, é a Libras.

2 Pressupostos teóricos

O presente artigo tem por objetivo analisar, trazendo uma perspectiva histórica, como a atividade de tradução se constituiu em algumas instituições específicas. São elas: Editora Arara Azul (EAA), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vale ressaltar que, poderíamos citar aqui, outras instituições com trabalhos relevantes na área, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal Fluminense, por exemplo.

No caso da UFSC, ela é pioneira em diversas discussões a respeito não só da interpretação, como também da tradução de/para a Libras — assunto específico deste estudo —, além de ser uma instituição com trajetória significativa e respeitável em pesquisas linguísticas das línguas de sinais e assuntos relacionados à surdez e às pessoas surdas de um modo geral. A UFPR, por sua vez, também vem desenvolvendo trabalho considerável em tradução; já a UFF possui uma equipe de intérpretes constituída faz alguns anos. Existem ainda outras tantas instituições Brasil afora que contam com esses profissionais, chamados, em nível de categoria profissional, de Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP), em seus quadros de colaboradores.

Porém, como mencionado anteriormente, o ponto central de discussão deste artigo é a tradução e não a interpretação, o que por si só, já restringe as possibilidades de pesquisa, visto que muitas das instituições que contam com profissionais TILSP têm como atividade principal a interpretação ou ainda pouco desenvolvem projetos de tradução.

Além disso, não teríamos espaço em um artigo para discutir a atividade profissional em cada uma delas. Além dos fatores apresentados até aqui, sem negar a importância do trabalho realizado em outras universidades, justifica-se a escolha das três instituições já mencionadas, todas situadas no Rio de Janeiro, comentando que, foram lugares nos quais um dos autores desta pesquisa já trabalhou, em algum momento de sua carreira profissional. Logo, conheceu-se mais de perto a realidade de cada uma, o que possibilita tratar com mais propriedade sobre o assunto. Assim sendo, fica claro o envolvimento pessoal com a área, o que, de maneira substancial, impulsiona o nosso interesse pelos Estudos da Tradução e, mais especificamente no presente artigo, pela pesquisa aqui desenvolvida.

Além disso, contribuições como as de O’Sullivan (2012), Joly (1998), Delisle e Woodsworth (2003), Harden (2009), Hirsch (2008), Silva-Reis e Milton (2016) e outros pesquisadores apontam para a necessidade e a relevância de pesquisas em história da tradução, visto que, relacionar conhecimentos nas áreas da tradução e da história permite, por exemplo, entender um dado momento histórico a partir de um panorama temporal mais amplo. Em outros termos, a aproximação entre as duas áreas (tradução e história) tende a ser muito produtiva, uma vez que, ao longo do tempo, tradutores têm sido como elo entre

conhecimentos, sociedades e culturas que, de alguma maneira, distanciam-se por barreiras linguísticas, como é também o caso do contexto de tradução no par Português-Libras.

Diante disso, vale lembrar que o interesse por uma história da tradução é antigo. Portanto, cientes de que, como alerta Pym (2014), a história da tradução nunca foi um território exatamente virgem e, por esse motivo, seria um equívoco supor que nada de relevante sobre o assunto foi produzido antes dos anos 1960 ou 1980 — momento de constituição do campo disciplinar dos Estudos da Tradução. Parece importante destacar que o interesse por um viés histórico nas pesquisas em tradução já podia ser observado no mapeamento feito por James Holmes em 1972, em sua palestra seminal no III Congresso Internacional de Linguística Aplicada realizado em Copenhague, Dinamarca (publicada posteriormente).

Em Holmes ([1972] 2000), podemos observar que o tradutor e professor holandês, ao descrever os Estudos da Tradução, subdivide o campo em estudos puros e aplicados. Ao abordar os estudos puros, percebemos que o pesquisador faz distinção entre estudos teóricos e descritivos. Concentrando-nos nesse último, podemos analisar que se destacam os estudos descritivos orientados ao produto, ao processo e à função. Embora saibamos que Holmes não apresenta a história da tradução como uma subárea independente, reside aí a perspectiva histórica, uma vez que Holmes, sobretudo ao tratar dos estudos descritivos orientados ao produto, traz a variante diacrônica, o que nos permite pensar em uma espécie de história da tradução (ainda que em âmbitos gerais).

Dito isso, se faz necessário dar importância às contribuições de Pym (2014), que entendendo a relevância de pesquisas historiográficas no que diz respeito à tradução, destaca que o papel dos tradutores deve ser considerado como central no desenvolvimento de tais pesquisas. Para Pym (2014), a história da tradução é uma espécie de conjunto de discursos que anunciam mudanças ocorridas ou ativamente evitadas no que diz respeito ao campo da tradução. Desse modo, segundo ele, estariam incluídas no escopo das pesquisas historiográficas as ações e os agentes que levam não só às traduções como também às não traduções; e os efeitos e implicações geradas a partir delas. Além disso, para o pesquisador, também são assuntos de interesse da referida subárea as teorias sobre tradução e a variedade de fenômenos relacionados a elas.

Posto isso, Pym (2014) destaca que a história da tradução pode ser subdividida em arqueologia, crítica e explicação. Desse modo, vale sublinhar que, para o pesquisador, a arqueologia da tradução procura responder questões complexas como, por exemplo, quem traduziu e o que foi traduzido, buscando destacar como, onde, quando, para quem foram feitas as traduções, bem como os seus possíveis efeitos. Já a crítica histórica, segundo Pym (2014), é aquela que avalia de que maneira as traduções ajudam ou não o progresso. Em outras palavras, para ele, uma crítica histórica adequada deve ser aquela que se preocupa em determinar o valor do trabalho de um tradutor no passado em relação aos efeitos alcançados também no passado. Por fim, o pesquisador destaca a explicação como sendo a subárea da história da tradução em que, como o próprio nome sugere, se busca explicar o porquê de determinados artefatos arqueológicos ocorrerem quando e onde ocorreram.

Assim sendo, se pensarmos, por exemplo, no contexto da Libras e das comunidades surdas brasileiras, ao traçar um histórico da tradução no par linguístico Português-Libras, poderemos tornar evidente que os tradutores teriam papel de merecido destaque, visto que, contribuem, inclusive, para a defesa da língua e a formulação de políticas públicas (e linguísticas), para além da comunidade surda. Isso vai ao encontro daquilo que Pym (2014) destaca como sendo uma das razões para se fazer história da tradução ao dizer que “a história da tradução pode fornecer informações e ideias que podem ser úteis para os formuladores de políticas no campo da língua e da cultura em geral, bem como da tradução (uma vez que a tradução é uma opção linguística e cultural)”¹ (Pym, 2014, p. 16). Logo, escrever uma história da tradução Português-Libras se torna fundamental.

Outra contribuição importante vem de D’Hulst (2010). Com base em suas formulações, parece coerente ressaltar que, na história da tradução, faz-se necessário direcionar o foco histórico para o tradutor. Além disso, segundo esse teórico, devemos estar atentos àquilo que foi traduzido, bem como àquilo que não foi. Ou seja, tanto os critérios quanto os procedimentos de seleção dos materiais a serem traduzidos podem fornecer pistas importantes para o fazer histórico da tradução. D’Hulst (2010) também defende que devemos analisar onde as

¹ No original em inglês: “...translation history can provide information and ideas that may prove useful for policymakers in the field of general language and culture as well as translation (since translation is a linguistic and cultural option)”. (Esta e a tradução seguinte apresentada neste artigo foram feitas pelos autores.)

traduções são publicadas e distribuídas, como e quando as traduções foram feitas, além de quais os efeitos, funções e usos delas na sociedade.

As considerações dos dois autores acima citados confluem para uma escrita historiográfica realizada com base na descoberta e na análise de objetos materiais identificados como “tradução”, e direcionada pelas perguntas: *quis* (quem)? *quid* (o quê)? *ubi* (onde)? *quibus auxiliis* (com o auxílio de quem)? *cur* (por quê)? *quomodo* (de que modo)? quando? (D’HULST, 2010, p. 399). Quando se trata de quem, o foco histórico é direcionado para o tradutor (aspecto privilegiado por Pym) e para o pesquisador em tradução, a partir de várias perspectivas: seu background intelectual e social, sua produção, a formação de grupos e relações de trabalho. Fica claro, portanto, que a noção de história da tradução privilegiada nesta pesquisa é a de uma história construída por seus vários agentes e pela identificação e análise de objetos materiais a partir das perguntas consideradas por D’Hulst (2010). Como tradutores e pesquisadores em tradução, nos identificamos com a proposta dos dois autores que formam nosso suporte teórico principal de não analisar fatos históricos apenas, mas de sempre relacioná-los com quem faz as traduções, em que situação, patrocinado por quem e quando.

Exposto isso, vale dizer que, considerando o contexto brasileiro, podemos constatar que a história da tradução vem ganhando forma nas últimas décadas. Nesse sentido, é importante mencionar que, em 1996, Martins já anunciava os benefícios que a área da História (e da Filosofia) poderia oferecer para os Estudos da Tradução. Outro nome de destaque, Lia Wyler, com sua dissertação de mestrado em 1995 (editada e publicada em formato de livro em 2003), contribuiu, significativamente, para a história da tradução brasileira ao abordar assuntos como a tradução oral no Brasil, destacando desde a função dos línguas até os tradutores jurados da praça, além de apontar os reflexos da Segunda Guerra Mundial no mercado de tradução; o papel da imprensa, que, segundo a pesquisadora, corrobora para uma invisibilidade do tradutor; a institucionalização do intérprete brasileiro e outros assuntos.

Ainda sobre pesquisas em história da tradução no Brasil, podemos destacar trabalhos mais recentes como Silva-Reis e Milton (2016), em que os autores apresentam, de maneira cronológica, os agentes de tradução, as obras traduzidas e o ato de traduzir ao longo dos séculos XVI até XXI. Pinilla (2020) também dedica-se a tratar da história da tradução no Brasil e, ao apontar aquilo que, segundo ele, ainda carece de pesquisas na área, apresenta propostas

para futuros projetos como, por exemplo, a elaboração de uma espécie de bibliografia da história da tradução no Brasil; a investigação a respeito da recepção e da função dos textos traduzidos, bem como das mudanças provocadas por eles; uma abordagem historiográfica que se concentre nos tradutores em âmbito individual, por geração ou grupo; tradução e relações de poder, sobretudo, as imagens dos religiosos, dos colonos e dos colonizados por meio da tradução; história da interpretação; história do pensamento tradutório abordando terminologias e conceitos; a ideia de ética presente nos discursos e práticas dos tradutores e outros temas. Aos itens apontados por Pinilla (2020) como sendo aqueles que ainda carecem de pesquisa e aprofundamento, acrescentaríamos a história da tradução no par linguístico Português-Libras.

Desse modo, com o intuito de relacionar a perspectiva histórica com o contexto de tradução para a Libras de maneira a tornar a atividade de tradução menos abstrata, pretendemos fazer com que o trabalho e o papel dos tradutores estejam cada vez mais em evidência, posicionando os tradutores no cerne de uma história da tradução, em particular, na história da tradução do par linguístico Português-Libras.

2.1 O que estamos chamando de tradução para Libras?

Como destacado anteriormente, a discussão central deste artigo é a atividade de tradução. Assim sendo, antes de dar início à análise proposta, é preciso pontuar, desde logo, que o conceito de tradução como atividade que retextualiza e reescreve conteúdos textuais em outra língua não está sendo questionado, mas apenas ampliado levando-se em conta os suportes normalmente utilizados na tradução de/para línguas de sinais.

No contexto das línguas de sinais, Rodrigues (2018) destaca que o fenômeno da tradução envolvendo línguas de sinais é mais recente do que o da interpretação nas mesmas línguas, devido ao fato de as línguas de sinais não possuírem um sistema de escrita circulante e consolidado e devido à alta demanda de pessoas surdas por acesso à educação e a outros serviços públicos. Além disso, a tradução em línguas de sinais no suporte vídeo dependeu dessa criação tecnológica. Assim sendo, o conceito de tradução no contexto das línguas de sinais deve ser ampliado em relação ao mesmo conceito quando aplicado às línguas verbo-orais.

Considerando que o único suporte para as línguas de sinais em sua “produção natural” (performance visual) envolve gravação em vídeo, a definição básica de tradução como um processo envolvendo apenas textos escritos deve ser ampliada em um esforço de incorporação dessa especificidade das línguas gestuais. Portanto, a definição de tradução deve se referir a textos gravados (registrados), em vez de apenas escritos. Isso levaria a um melhor encaixe de diferentes tipos de textos como (textos) escritos e em áudio e vídeo na definição.² (RODRIGUES, 2018, p. 307)

Desse modo, vale destacar que a tradução é aquela em que o fator registro é considerado, ou seja, a tradução parte de um “texto-registro” (SOUZA; VITAL, 2018), seja ele um texto escrito ou em vídeo, pois, quando há uma língua de sinais envolvida na tradução, pode-se partir, tanto de um texto escrito quanto de um “vídeo-registro” (SOUZA; VITAL, 2018) em língua de sinais, dependendo de em qual direcionalidade esteja sendo feita a tradução: seja de uma língua de sinais para uma língua oral, ou vice-versa. Logo, diferentemente da interpretação, que é momentânea tanto na modalidade simultânea quanto na consecutiva, a tradução tem como uma de suas características a permanência, que no caso das línguas de sinais se dá, principalmente, por meio de registro em vídeo.

Além disso, como visto em Souza e Vital (2018), traduções permitem um tempo maior para a conclusão da tarefa. Enquanto na interpretação o seu resultado se dá segundos após o discurso de origem ser proferido, o trabalho de tradução pode levar vários dias até que seja concluído, o que possibilita tempo maior para buscas e pesquisas, fazendo com que o produto da tradução seja mais apurado, já que será registrado permanentemente, sem possibilidades de novos ajustes, exceto, em casos, como na tradução editorial, de reedições revistas.

Assim sendo, nesse trabalho, considera-se como atividade de tradução para a Libras aquela que, pelas questões de registro, tempo e permanência recém-pontuadas, possibilita, por exemplo, o desenvolvimento de etapas como: análise textual, pesquisa e levantamento terminológico, decupagem do material a ser traduzido, revisão, filmagem, refilmagem, edição,

² No original em inglês: “Considering that the only support for sign languages in their ‘natural production’ (visual performance) involves video recording, the basic definition of translation as a process involving only written texts should be broadened in an effort to incorporate this specificity of gestural languages. Therefore, the definition of translation should refer to texts as recorded (registered texts), instead of only written. This would lead to a better fit of different kinds of texts such as written, audio and video (texts) in the definition.”

revisão final e/ou outras para só, então, chegar ao produto: o texto traduzido. No desenvolvimento dessas etapas, notam-se características análogas às da tradução editorial.

Posto isso, vale mencionar ainda, outros esforços de conceituar ou descrever procedimentos e etapas processuais de tradução de/para a Libras, como é o caso das contribuições de Quadros e Souza (2008) e Souza (2010), Rigo (2015, 2018), Segala (2010), Souza e Vital (2018), Oliveira e Silva (2014), Lopez e Severino (2018), Galasso *et al.* (2018), Campello e Castro (2013). Por razões de espaço e escopo deste artigo científico, não será possível explorar aqui o teor de todas essas contribuições.

3 Metodologia

Nesta pesquisa, a metodologia utilizada é a da pesquisa bibliográfica e documental, bem como a observação direta. Trata-se de uma pesquisa empírica básica, já que busca novos dados e informações derivados de observação direta, leitura e análise de textos, sem o objetivo de aplicação direta de resultados (SALDANHA; O'BRIEN, 2014, p. 15). Foram lidos e analisados trabalhos acadêmicos sobre as etapas procedimentais na tradução do par linguístico Português-Libras a partir de um levantamento bibliográfico, bem como documentos produzidos nas instituições, a fim de evidenciar os fatos e marcos temporais apresentados neste artigo. Como um dos autores deste artigo participou de projetos de tradução nas três instituições, algumas das informações veiculadas aqui foram derivadas de sua própria observação direta. O método da pesquisa em história distingue a pesquisa em fontes primárias ou secundárias. Afora a pesquisa bibliográfica, os documentos disponibilizados pelas instituições são considerados fontes primárias de pesquisa.

O objetivo desta pesquisa, que é analisar, trazendo uma perspectiva histórica, como a atividade de tradução se constituiu nas três instituições mencionadas, foi realizado preliminarmente, uma vez que ainda será preciso dar prosseguimento a esse estudo. Há documentos disponibilizados pela Editora Arara Azul que ainda não foram analisados. Esta pesquisa inicial precisará ter desdobramentos para que seu objetivo seja realizado de forma plena.

4 Resultados

Nesta seção, como o próprio nome sugere, apresentam-se, em perspectiva histórica, os resultados de nossa análise acerca de como a atividade de tradução foi se consolidando em instituições específicas. Para isso, esta seção se subdivide em três. Cada uma das subseções será dedicada, especificamente, a cada uma das instituições escolhidas para este estudo: Editora Arara Azul (EAA), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

4.1 Editora Arara Azul

Desde a sua criação no ano de 1993, a Editora Arara Azul (EAA)³ vem se destacando no cenário da Língua Brasileira de Sinais. Tendo como objetivos a produção de materiais e a oferta de serviços que tenham como público-alvo as pessoas surdas e profissionais da área, a EAA, mais especificamente a partir do ano de 2001, vem estabelecendo a prática e a reflexão teórica sobre tradução de textos para a Libras.

Nesse sentido, vale destacar algumas das importantes contribuições da EAA no cenário de tradução para a Libras, como é o caso do projeto de tradução de textos literários (2002/2003), que deu origem aos *Clássicos da Literatura em Libras/Português*, em CD-Rom.

Nesse projeto, que recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), foram traduzidos dez títulos. São eles: *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, traduzido do inglês para o português por Clélia Regina Ramos, que contou com a tradução para a Libras de Marlene Pereira do Prado, Wanda Quintanilha Lamarão e a já mencionada Clélia Regina Ramos; *O velho da horta*, de Gil Vicente, traduzido para a Libras por Marlene Pereira do Prado e Juan Nascimento Guimarães; *As aventuras de Pinóquio*, adaptado para crianças da versão original por Carlos Collodi, *Aladim e a lâmpada maravilhosa*, também adaptado para crianças, ambos traduzidos para a Libras por Ana Regina Campello e Nelson Pimenta; *Iracema*, de José de Alencar, traduzido para a Libras por Heloíse Gripp Diniz e Roberto Gomes de Lima; além de cinco contos de Machado de Assis: *O alienista*, traduzido para a Libras por Alexandre Melendez e Roberta Almeida; *O relógio de ouro*, *A missa do galo*, *A cartomante* e *O caso da vara*, que contam com a tradução de Heloíse Gripp Diniz e Roberto Gomes de Lima.

³ Site da editora: <https://editora-arara-azul.com.br/site/home>.

Além dessa Coleção, em 2007, a EAA desenvolveu o primeiro livro didático digital bilíngue em língua portuguesa escrita e Libras, que se chamava: *Trocando idéias: alfabetização e projetos*. Nos anos seguintes (2007, 2008 e 2009), foram propostos e produzidos, por meio da Coleção Pitangüá, outros vinte volumes, que até então existiam somente em português e em papel, pela Editora Moderna, mas que, com o projeto, foram traduzidos para Libras, a fim de contemplar as disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências.

Vale destacar que, para o Projeto Pitangüá, além de traduzir materiais didáticos para a Libras, segundo relatórios da própria editora, um dos objetivos era aprimorar a metodologia de tradução que já vinha sendo utilizada. Para o projeto, como em todos os outros, mais uma vez foi considerada uma equipe multiprofissional. Além de, evidentemente, os próprios tradutores, Janine Oliveira atuou na coordenação da tradução e revisão de Libras. As equipes foram compostas por Karen Sanches e Ricardo Sander, Rodrigo Rosso Marques e Mauren Elisabeth Medeiros Vieira, Renata Heinzl Mann e Angela Russo; Heloíse Gripp Diniz e Gildete Amorim.

Em 2010, em parceria com a Editora FTD, a EAA desenvolveu o Projeto Coleção Porta Aberta, que tinha como objetivo, traduzir quatro livros didáticos de Português e Matemática do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental para a Libras. Para esse projeto, além de objetivos evidentes como a tradução propriamente dita, a editora também visava dar capacitação em serviço, bem como aprimorar a tecnologia que vinha sendo desenvolvida para a produção de materiais digitais bilíngues.

As traduções ficaram a cargo de Heloíse Gripp Diniz e Rafael da Mata Severino (livros de Português) e Paulo André Martins de Bulhões e Patrícia da Mata (livros de Matemática). Além disso, os tradutores puderam contar com a consultoria virtual sobre Libras e Cultura Surda de Janine Soares de Oliveira; com a consultoria virtual sobre Comunidades Surdas de Toríbio Malagodi, e ainda com a supervisão de tradução de Gildete da Silva Amorim.

Posteriormente, entre os anos de 2013 e 2014, a EAA, junto às editoras parceiras FTD, Ática e Moderna, traduziu para a Libras, 22 livros didáticos do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental, das disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História, e pôde contar com as traduções de Anie Pereira Goularte Gomes, que atuou como tradutora e supervisora de tradução; de Clarissa Luna Borges Fonseca Guerretta, Dafny Saldanha Hespanhol e Gildete da Silva Amorim, que atuou como tradutora e supervisora de tradução; de

Janine Soares de Oliveira, que atuou como tradutora e supervisora de tradução, além de fazer a decupagem no Português, dos livros de Matemática; e ainda, de João Henrique Martins de Bulhões, Luciane Cruz Silveira, Patrícia Mata, Renata Ohlson Heinzemann Bosse, Rodrigo Pereira Leal de Souza, Rodrigo Rosso Marques e Vanessa Bartolo Guimarães Pereira.

Apresentaram-se aqui, apenas algumas das produções da editora que, como já mencionado, tem desempenhado papel importante no campo da tradução para a Libras.

Como parte da metodologia empregada pela editora, pode-se destacar o uso de ambiente virtual (Moodle), bem como, reuniões e encontros presenciais para a discussão acerca das traduções. Vale lembrar que, um número considerável de traduções foi feito por meio da EAA em um cenário em que pouco se discutia a tradução para a Libras e que antecede, inclusive, a promulgação da Lei 10.436/02 e seus avanços subsequentes.

Outro ponto que merece destaque é a proposição da “tradução cultural” feita pela EAA. Segundo a proposta, as traduções dos materiais devem ser feitas por uma dupla de tradutores, composta por profissionais surdos e ouvintes, acrescida da supervisão de um especialista em Libras. O conceito transpareceu funcionar como um fio condutor dos projetos de tradução da editora e, talvez, indiretamente, como diretriz para a metodologia de tradução adotada em outras instituições, mesmo não recebendo o nome específico de tradução cultural nesses outros casos.

4.2 Instituto Nacional de Educação de Surdos

Por se tratar de uma instituição de grande porte fundada em 1857, considera-se o contexto do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) como sendo de referência na educação de surdos no Brasil e na América do Sul como um todo. Diante disso, vale destacar que as análises aqui realizadas neste artigo consideram, sobretudo, a atividade de tradução desenvolvida inicialmente no âmbito do Departamento de Ensino Superior (DESU) e afinada no Núcleo de Educação Online (NEO).

Como pode ser observado em Lopez e Severino (2018), as traduções no DESU/INES, inicialmente, eram feitas de forma amadora. Um dos motivos para que isso tenha ocorrido era o fato de que os profissionais deveriam dar conta, prioritariamente, das demandas de interpretação em salas de aula. Além disso, em um primeiro momento, os profissionais que

trabalhavam nesse Departamento eram terceirizados, o que resultava em uma grande rotatividade, em virtude de questões de carga horária e falta de formação específica, prejudicando a implementação de equipe e trabalho sistematizado de tradução (LOPEZ; SEVERINO, 2018). Naquele momento, quando feitas, as traduções aconteciam em estúdio, com a participação de equipe de filmagem, e a edição se dava somente para os materiais que seriam divulgados ao público externo.

Como mencionam Lopez e Severino (2018) sobre o período inicial de tradução:

[...] mesmo com grande necessidade e interesse da instituição em oferecer tradução de textos acadêmicos, documentos, editais, provas e afins, esses serviços, quando realizados, eram feitos após o trabalho de interpretação das aulas, ou no período de férias acadêmicas. O tempo necessário para estudo, o perfil profissional, as etapas do trabalho de tradução eram frequentemente desconsiderados, ora por falta de conhecimento técnico/teórico, ora por impossibilidade de se cumprir tais procedimentos. Fazia-se o possível, mas não o adequado. O desgaste físico e mental, além da falta de critérios específicos e de procedimentos técnicos, eram queixas justas e frequentes. (LOPEZ; SEVERINO, 2018, p. 49)

Somente em 2013, com a chegada de TILSP via concurso público (Edital nº 09/2012, que, inicialmente, proveu 23 vagas para o referido cargo), é que a instituição passou a contar com mais profissionais, que, em seguida, tiveram mais um aumento em seu quantitativo, mediante novo concurso, em 2014. A partir daí, foi possível a organização dos TILSP em grupos, que atenderiam, cada um deles, a demandas específicas. Uma das equipes criadas passou a se dedicar especificamente à tradução, podendo assim, desenvolver projetos e sistematizar o trabalho, de modo que procedimentos inerentes à atividade pudessem ser considerados. A equipe pôde se dividir nas funções de tradutor, supervisor e revisor, além da possibilidade de agendamento de estúdio para as gravações.

Posteriormente, como parte das ações do Plano Viver Sem Limites⁴ (2011-2014), visando ao acesso de pessoas surdas à educação, foi criado o Curso Online de Pedagogia, que tal como o curso presencial, tem como base uma proposta bilíngue (Libras/Português). O curso,

⁴ O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limites foi instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 que, assinado pela Presidência da República, tinha por objetivo fomentar o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

além de sua sede no próprio Instituto, seria ofertado em outros doze polos espalhados por todo o Brasil e, para isso, por meio da Portaria nº 081 de 23 de março de 2015, foi criado o Núcleo de Educação Online (NEO)⁵.

Para a elaboração da plataforma bilíngue do Curso, além dos profissionais técnicos das mais diversas áreas (tecnologia da informação, design instrucional e outros) era preciso criar uma equipe de tradutores, o que possibilitou ainda mais a organização da atividade que, nesse momento, já fazia parte do fluxo diário de trabalho da instituição. Os tradutores Mônica Raquel de Souza Lopez, Rafael da Mata Severino e Roberto Gomes de Lima, por meio da Portaria Nº 10 de 30 de outubro de 2015, foram transferidos de lotação, passando a fazer parte do NEO e a traduzir todo o conteúdo da plataforma, além dos textos das disciplinas do novo curso.

4.3 Universidade Federal do Rio de Janeiro

No caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) enquanto instituição, as informações aqui apresentadas, fazem referência, mais especificamente, à atividade de tradução desenvolvida no Departamento de Letras-Libras (DLL) da Faculdade de Letras. Vale destacar que, no contexto do DLL, até o presente momento, entende-se por equipe de tradução, um grupo formado por apenas dois profissionais TILSP, a saber: Dafny Saldanha Hespanhol Vital e Rodrigo Pereira Leal de Souza.

Em outubro de 2010, por meio do Conselho Universitário (Consuni), foi aprovada a criação dos cursos de bacharelado e licenciatura em Letras-Libras, na modalidade presencial. É importante destacar que a presença de tradutores e intérpretes de Libras na UFRJ data também do ano de 2010 (SOUZA; VITAL, 2018); contudo, semelhantemente à realidade enfrentada pelos tradutores do INES, acrescida do fato de possuir uma equipe de profissionais reduzida, a atividade de tradução na Universidade encontrou algumas barreiras para que pudesse ser desenvolvida, pois, tal como no Instituto, as demandas de interpretação eram/são em grande número e solicitadas com mais urgência.

Compor uma equipe de tradução implica tirar profissionais da interpretação de sala de aula, o que pode gerar, inicialmente, alguma resistência por parte de pessoas em nível de coordenação e direção. Desse modo, vale destacar que, além dos tradutores já mencionados,

⁵ Site do Núcleo de Educação Online: <https://neoines.com.br/>.

outra pessoa desempenhou um papel importante para a consolidação da equipe e esclarecimento da relevância desta dentro do Departamento da UFRJ. Trata-se da professora Teresa Dias Carneiro⁶, tradutora e professora de Estudos da Tradução, que, à época, fazia parte do corpo docente do DLL.

É preciso enfatizar que a institucionalização formal do setor de tradutores e intérpretes aconteceu por aprovação unânime. Isso ocorreu durante uma reunião ordinária do Departamento, no ano de 2018, mais especificamente, no dia 29 de junho, com a ressalva de serem averiguados, junto à Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) os possíveis desdobramentos da decisão, uma vez que o interesse de todos os presentes era o de que o Setor fosse mantido dentro do DLL. Assim sendo, somente no ano de 2018, uma equipe responsável especificamente por tradução pôde ser constituída. Sobre isso, Souza e Vital (2018) acrescentam que

Verificou-se, a partir de revisão de literatura, uma certa escassez de estudos descritivos quanto a uma metodologia voltada para o processo de tradução para a Libras por meio de vídeos. Buscou-se, então, contato com outras instituições federais que já desenvolvessem esse tipo de trabalho com fins de coletar informações quanto à metodologia utilizada. A partir dessas informações, foi elaborada uma metodologia de tradução que se adequasse à realidade e necessidades da UFRJ, mais precisamente do departamento de Letras-Libras da Faculdade de Letras. (SOUZA; VITAL, 2018, p. 110)

Segundo os autores, a metodologia que passou a ser adotada consiste em: estudo do material a ser traduzido a partir das solicitações realizadas pelos professores de textos em português; decupagem, que seria uma subdivisão do texto em português em unidades menores; a tradução propriamente dita; a revisão, que parte da gravação de vídeos-rascunho em Libras e, preferencialmente, é feita por outro tradutor; filmagem, que conta com a presença de um supervisor de Libras (preferencialmente Surdo), dedicado a analisar o registro em vídeo,

⁶ Teresa Dias Carneiro foi professora adjunta do Departamento de Letras-Libras, da Faculdade de Letras da UFRJ, de 2014 a 2020. Desde janeiro de 2020, integra o corpo docente do Departamento de Letras da PUC-Rio, onde leciona na graduação e na pós-graduação disciplinas de teoria e prática de tradução.

levando em consideração, elementos linguísticos; edição, feita por profissional da área de audiovisual; e por último, mas, não menos importante, a revisão final em Libras.⁷

Parte do trabalho desenvolvido pelos tradutores é publicado na Videoteca Acadêmica em Libras (VIA Libras)⁸. Ao se analisar essa videoteca, pôde ser observado que os assuntos traduzidos variam entre Estudos Linguísticos, Estudos da Tradução, Estudos Literários e Educação, áreas essas que abrangem, por exemplo, as disciplinas dos cursos oferecidos. Vale destacar que, além de textos acadêmicos, os tradutores traduzem ainda alguns textos literários.

5 Considerações finais

É importante salientar que os tradutores da UFRJ e do NEO-INES são também pesquisadores, o que corrobora com o argumento de D'Hulst (2010) de que é importante fazer pesquisa historiográfica não só a partir de tradutores, mas também de estudiosos de tradução. Parte do material consultado foram produções dos próprios tradutores, aqui autores deste artigo e pesquisadores na área de Estudos da Tradução.

Como observado ao longo deste artigo, a tradução para a Libras, por envolver pelo menos uma língua de sinais, ou seja, uma língua de modalidade gestual-visual, vai, inevitavelmente, implicar em demandas distintas daquelas encontradas nas traduções entre línguas orais. Conseqüentemente, tal diferença permite a expansão do conceito de tradução, que, embora muito discutido por teóricos da tradução, ainda hoje, em alguns contextos, vem sendo descrito apenas como atividade que parte de textos escritos para gerar textos escritos.

Ao analisar como a atividade de tradução foi se constituindo na EAA, no INES e na UFRJ, trazendo a perspectiva histórica como proposta de nossas reflexões, pôde-se observar que tal trabalho tende a se estabelecer na medida em que equipes de tradução vão se constituindo e se consolidando, bem como a partir do aperfeiçoamento da concepção de tradução por parte dos próprios profissionais e dos gestores, ao entenderem que, tal atividade difere da interpretação, exigindo, portanto, habilidades também diferentes por parte de seus profissionais. A pesquisa aponta ainda que, por esse motivo, em instituições que de igual modo

⁷ Para as etapas procedimentais de tradução de português para a Libras, realizadas pela equipe de tradutores do Departamento de Letras-Libras da UFRJ, vide CARNEIRO; VITAL; SOUZA, 2020.

⁸ Site da Videoteca Acadêmica em Libras: <http://www.vialibras.lettras.ufrj.br/>.

desenvolvam atividades de interpretação, parece ser necessário que alguns profissionais possam se dedicar primordialmente à atividade de tradução, a fim de aprimorar suas habilidades tradutórias, bem como as etapas procedimentais envolvidas na tradução.

Com o presente artigo, fica evidente também que as atividades de tradução só puderam ser desenvolvidas e aprimoradas porque, em alguma medida, houve a abertura de cursos que, impulsionados por legislação específica, permitiram o ingresso de pessoas Surdas, por exemplo, no ensino superior. Porém, como observado no contexto da EAA, as demandas de tradução parecem ser uma realidade também na educação básica. Ou seja, o ingresso de Surdos no Sistema Formal de Educação, nos vários níveis de escolarização, implica no surgimento da demanda por produzir materiais didáticos em Libras. Para além do contexto educacional, constata-se também a necessidade de tradução de textos literários para a Libras.

Digna de nota ainda é a observação de que a constituição de equipes de tradução, em muitos casos, só é possível mediante lutas políticas, uma vez que, criar equipes com essa finalidade é sinônimo de menos profissionais trabalhando em sala de aula e atendendo outras demandas de interpretação dentro da instituição.

O tipo de vínculo com o trabalho, no caso da UFRJ e do INES, por exemplo, onde os tradutores são também servidores públicos, estabelece outro tipo de relação laboral, possibilitando, por exemplo, o encontro diário e presencial com os colegas de trabalho, trocas terminológicas com os pares e até mesmo consulta conceitual a professores especialistas nas áreas dentro das quais ou para as quais se faz tradução para a Libras.

Em tempo, vale destacar que, com as breves considerações aqui apresentadas, as discussões acerca da tradução para a Libras e, sobretudo, aquelas que tenham a perspectiva historiográfica como pano de fundo não se dão por encerradas. Isto é, o objetivo deste artigo não foi esgotar o assunto, mas, sim, contribuir, ainda que inicialmente, para o fortalecimento dessa subárea dentro do campo dos Estudos da Tradução, e ainda com futuras pesquisas sobre a História da Tradução para as Línguas de Sinais.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 set. 2010.

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 2015.

BRASIL/MEC/SECADI. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**, Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2014.

CAMPELLO, A. R. S.; CASTRO, N. P. Introdução da glosinais como ferramenta de tradução/interpretação das pessoas surdas brasileiras. **Revista Escrita**, Rio de Janeiro, n. 17, 2013, p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.escrita.22338>

CARNEIRO, T. D.; VITAL, D. S. H.; SOUZA, R. P. L. O processo de produção de textos traduzidos para Libras em vídeo no Departamento de Letras-Libras (UFRJ) comparado ao processo de produção de traduções editoriais entre línguas orais. **Belas Infiéis**, Brasília, n. v. 9, n. 5, p. 135-166, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/31990/27818>. Acesso em: 13 set. 2021.

DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. **Os tradutores na história**. Trad. Sergio Bath. São Paulo: Ática, 2003, p. 113-141.

D’HULST, L. Translation history. In: GAMBIER, Y.; VAN DOOERSLAER, L. (Ed.) **Handbook of Translation Studies** (v. 1). Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 397-405. DOI: <https://doi.org/10.1075/hts.1.tra5>

FERNANDES, S. Letramento na educação bilíngue para surdos: caminhos para a prática pedagógica. In: FERNANDES, M. C. L.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G. (Org.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: USP, 2008. p. 1-30.

GALASSO, B. J. B.; LOPEZ, M. R. S.; SEVERINO, R. M.; LIMA, R. G.; TEIXEIRA, D. E. Processo de produção de materiais didáticos bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 59-72, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382418000100006>

HARDEN, A. R. O brasileiro tradutor e/ou traidor: Frei José Mariano da Conceição Veloso. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 23, p. 131-148, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2009v1n23p131>

HIRSCH, I. A tradução e a Inconfidência Mineira. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 1-10, 2008. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.12699>

HOLMES, J. The name and nature of translation studies. *In*: VENUTI, L. (Ed.) **The Translation Studies Reader**. London/New York: Routledge, 2000, p. 172-185.

JOLY; J. F. Prefácio. *In*: DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. **Os tradutores na história**. Trad. Sergio Bath. São Paulo: Ática, 1998. p. 9-12.

LOPEZ, M. R. S.; SEVERINO, R. M. Tradução de/para Língua de Sinais no Ensino Superior: experiências compartilhadas. **Revista Arqueiro**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 46-57, 2018.

MARTINS, M. As relações nada perigosas entre história, filosofia e tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 37-51, 1996.

OLIVEIRA, J. S.; SILVA, R. C. Equipe de tradução do curso de Letras Libras. *In*: QUADROS, R. M. (Org.). **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. p. 93-111.

O'SULLIVAN, C. Introduction: rethinking methods in translation history. **Translation Studies**, v. 5, n. 2, p. 131-138, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/14781700.2012.663594>

PINILLA, J. A. S. A história da tradução do Brasil: questões de pesquisa. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 13-31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.48156>

PYM, A. **Method in translation history**. London: Routledge, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315760049>

QUADROS, R. M.; SOUZA, S. X. Aspectos da tradução/encenação na língua de sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras Libras. *In*: QUADROS, R. M. (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2008, p. 168-207.

RIGO, N. S. Tradução de libras para português de textos acadêmicos: considerações sobre a prática. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, p. 458-478, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p458>

RIGO, N. S. Tradução de textos acadêmicos de Português para Língua Brasileira de Sinais: o emprego de elementos do design editorial como soluções tradutórias. **Translatio**, Porto Alegre, v. 1, p. 173-196, 2018.

RODRIGUES, C. H. Translation and Signed Language: highlighting the visual-gestural modality. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, p. 294-319, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2018v38n2p294>

SEGALA, R. R. **Tradução Intermodal e Intersemiótica/Interlingual: português brasileiro escrito para língua brasileira de sinais**. 2010, Dissertação (Mestrado em Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SALDANHA, G.; O'BRIEN, S. **Research methodologies in translation studies**. New York: Routledge, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315760100>

SILVA-REIS, D.; MILTON, J. História da tradução no Brasil: percursos seculares. **Translatio**, Porto Alegre, n. 12, p. 2-42, 2016.

SOARES, L. A. A. Português e Libras: distorções e supergeneralizações. *In*: FREITAS JÚNIOR, R.; SOARES, L. A. A.; NASCIMENTO, J. P. S. (Org.). **Aprendizes surdos e escrita de L2**: reflexões teóricas e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020, p. 70-80.

SOUZA, S. X. **Performances de tradução para a língua brasileira de sinais observadas no curso de Letras-Libras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, R. P. L.; VITAL, D. S. H. O processo de tradução para Libras por meio de vídeos. *In*: SEMINÁRIO UFRJ FAZ 100 ANOS: história, desenvolvimento e democracia. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, 2018. p. 110–119.

WYLER, L. **Línguas, poetas e bacharéis**: uma crônica da tradução no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Recebido em: 26.09.2020

Aprovado em: 24.02.2021